

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES (Relatório de Gestão)**  
**Ano de 2017**

## ÍNDICE

1. Introdução	1
2. A Acreditação Prévia de Novos Ciclos de Estudos	1
3. O Ciclo Regular de Acreditações	5
4. A reavaliação das creditações – Alinhamento com o ciclo regular	6
5. O Follow-Up das Acreditações Condicionais	6
6. A Certificação dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade	7
7. Ações de Preparação/Aperfeiçoamento dos Membros das CAEs	8
8. A Participação dos Estudantes na Acreditação	8
9. A Avaliação Institucional	9
10. Preparação do segundo ciclo regular das creditações	9
11. A Garantia Interna da Qualidade na A3ES	10
12. Publicações	11
13. Nota Final	11
Anexo I – Publicações e projetos	13
Anexo II – Conselho Científico	23

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES (Relatório de Gestão)

Ano de 2017

### 1. Introdução

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) iniciou, em 2017, um exercício de avaliação institucional de todo o sistema. No termo destas atividades será possível proceder a um balanço dos resultados obtidos pelo sistema de avaliação/acreditação e definir, com maior rigor, o caminho a prosseguir no futuro, sendo de procurar uma maior e melhor interligação entre a avaliação do ensino superior e a avaliação da investigação.

No âmbito dos processos de internacionalização foram publicados dois livros na editora Springer: um livro sobre *Regional Upgrading in Southern Europe. Spatial disparities and human capital* e outro sobre *Challenges and options: the academic profession in Europe*. Teve, ainda, lugar a realização de uma Conferência internacional sob o título *Economic Development in Southern European Regions: Policies and Higher Education*. Esteve em preparação a edição de um novo livro a publicar na Palgrave MacMillan com o título *The visible hand of the internal market in higher education: Tensions between European competence and national sovereignty*.

Foi completada a elaboração dos guiões de “Program Review” de Macau, sendo posteriormente recebido um convite das autoridades de Macau para que a Agência proceda a uma primeira experiência de avaliação de cursos na Universidade de Macau. Foi efetuada a visita inserida no processo de acreditação de um ciclo de estudos oferecido por uma instituição portuguesa em Angola.

A Agência terminou o planeamento da nova fase de avaliação/acreditação a iniciar em 2018, a qual incluirá um sistema simplificado para as instituições que se salientaram pela sua qualidade no primeiro ciclo de avaliações. Foi decidido proceder a uma renovação da plataforma eletrónica da Agência por forma a integrar as alterações dos processos de avaliação/acreditação.

Foi dada continuidade à atividade de divulgação de análises sectoriais do sistema de ensino superior, tendo sido publicados mais 8 relatórios síntese.

Os resultados dos trabalhos de investigação e as colaborações em projetos de investigação envolvendo elementos da A3ES são publicados em anexo.

### 2. A ACREDITAÇÃO PRÉVIA DE NOVOS CICLOS DE ESTUDOS

No processo de apresentação dos pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos para o ano letivo 2017/2018 foram submetidos 184 novos pedidos (ver Tabela 1), o que representa uma diminuição de 4% em relação ao período anterior e é mesmo o valor mais baixo desde que se iniciou este processo, em 2009 (Gráfico

1). Na nova área das Terapêuticas Não Convencionais (Acupuntura, Fitoterapia, Naturopatia, Quiroprática e Osteopatia) foram recebidos apenas 5 pedidos.

**Tabela 1 – Evolução do número de pedidos de acreditação prévia**

ACREDITAÇÃO PRÉVIA DE NOVOS CICLOS DE ESTUDOS	NCE 2017	NCE 2016
Apresentações preliminares de NCE	208	214
<b>Pedidos de acreditação prévia de NCE</b>	<b>184</b>	<b>191</b>
<b>Ensino Universitário</b>	<b>118</b>	<b>108</b>
Ensino universitário público	76	68
Associação entre instituições	7	7
Ensino universitário privado	42	40
Associação entre instituições	0	0
Associações I.Univ. públicas e privadas	0	0
<b>Ensino Politécnico</b>	<b>66</b>	<b>84</b>
Ensino politécnico público	43	50
Associações entre instituições	3	2
Ensino politécnico privado	23	30
Associações entre instituições	0	2
Associação I. Univ. e Pol. públicas	0	1
Associação I. Univ. e Pol. privadas	0	3
Associação I. U. públicas e P. privadas	0	0
Associação I. U. privadas e P. públicas	0	0
<b>Pedidos ciclos de estudos de Licenciado</b>	<b>55</b>	<b>59</b>
Ensino universitário público	13	7
Ensino Universitário privado	10	14
Ensino politécnico público	14	18
Ensino politécnico privado	18	20
Associação I. publico e privado	0	0
<b>Pedidos de ciclos de estudos de Mestrado</b>	<b>93</b>	<b>93</b>
Ensino universitário público	43	33
Ensino Universitário privado	16	14
Ensino politécnico público	29	32
Ensino politécnico privado	5	11
Associação U. e P. privado	0	2
Associação U. e P. público	0	1
Associação universitário público e privado	0	0
Associação U. público e P. privado	0	0
Associação U. privado e P. público	0	0
<b>Pedidos de Mestrados Integrados</b>	<b>9</b>	<b>4</b>
Ensino universitário público	4	2
Ensino Universitário privado	5	2
<b>Pedidos de Doutoramento</b>	<b>27</b>	<b>36</b>
Ensino universitário público	16	26
Ensino universitário privado	11	10
Associação universitário público e privado	0	0

Os Gráficos 1 e 2 permitem ver a evolução do número de pedidos de acreditação prévia por tipo de instituição e por tipo de ciclo de estudos, respetivamente.

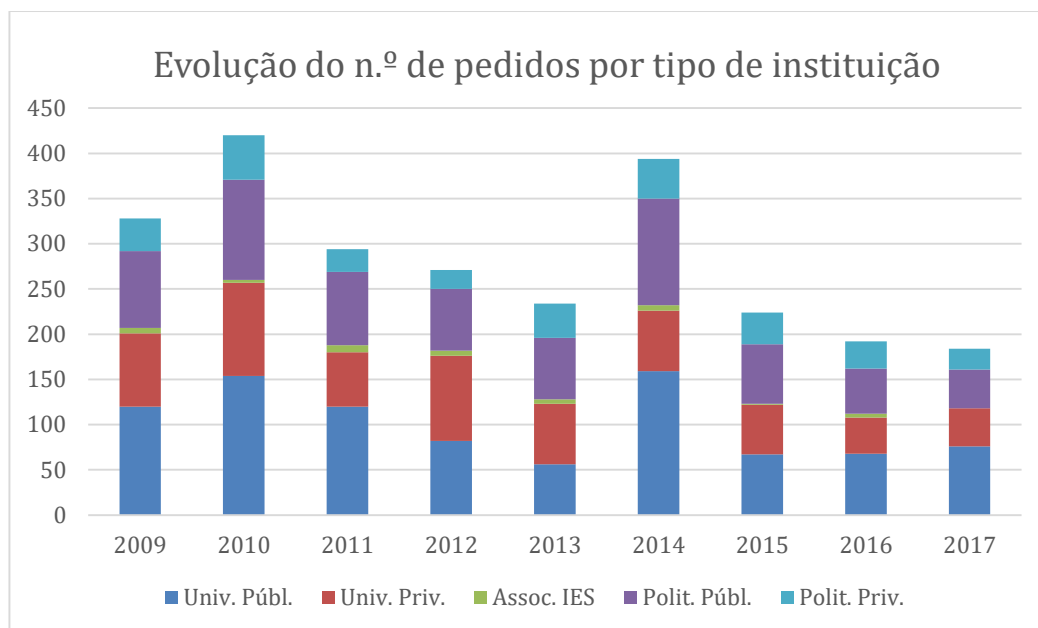


Gráfico 1 – Evolução do número de pedidos de novos ciclos de estudos por tipo de instituição

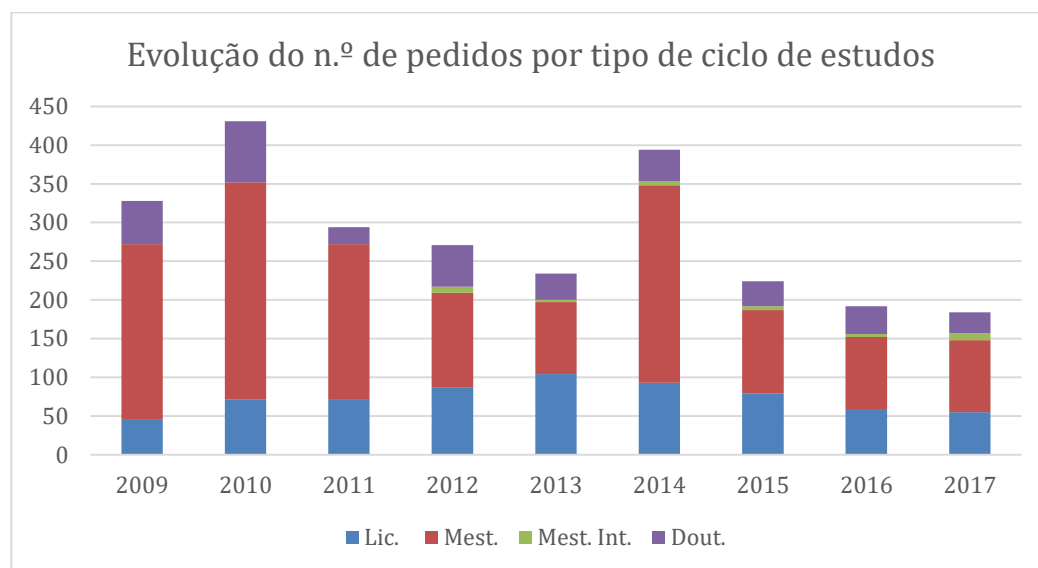


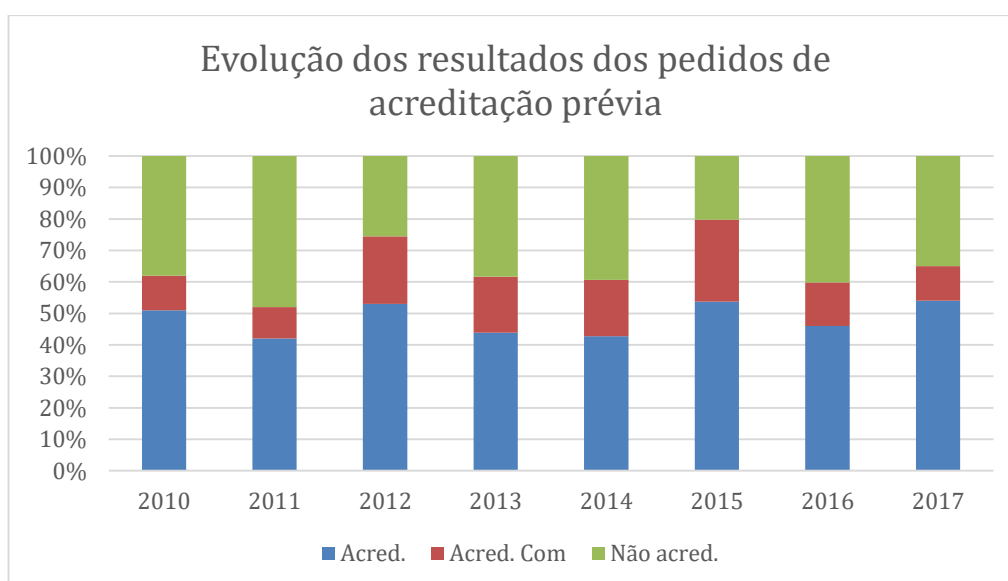
Gráfico 2 – Evolução do número de pedidos de novos ciclos de estudos por tipo de ciclo de estudos

Os pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos a iniciar no ano lectivo 2017/18, em número de 188, foram analisados com os seguintes resultados (Tabela 2):

**Tabela 2 – Resultados da acreditação de novos ciclos de estudos para funcionamento em 2017/18**

<b>Processos submetidos:</b>	
Com decisão do CA:	188
Favorável:	101
Favorável com condições:	20
Desfavorável:	67
Decisões contrárias às CAEs:	13
A favor da IES:	6
Em desfavor da IES:	7
Recursos:	10
<b>Ensino Universitário:</b>	
Com decisão do CA:	105
Favorável:	64
Favorável com condições:	7
Desfavorável:	34
Decisões contrárias às CAEs:	11
A favor da IES:	6
Em desfavor da IES:	5
<b>Ensino Politécnico:</b>	
Com decisão do CA:	83
Favorável:	37
Favorável com condições:	13
Desfavorável:	33
Decisões contrárias às CAEs:	2
A favor da IES:	0
Em desfavor da IES:	2

O Gráfico 3 mostra a evolução dos resultados dos pedidos de acreditação prévia.



**Gráfico 3 - Evolução dos resultados dos pedidos de acreditação prévia**

### 3. O CICLO REGULAR DE ACREDITAÇÕES

O primeiro ciclo regular de avaliação/acreditação de ciclos de estudos, abrangendo todos os ciclos de estudos que obtiveram acreditação preliminar, iniciado em 2011/2012, ficou concluído em 2017, a menos de um número residual de visitas para efetuar e de relatórios de avaliação externa por concluir.

Foi decidido proceder a uma acreditação dos programas de doutoramento financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que não foram acreditados pela A3ES, como acordado com a Secretaria de Estado da Ciência. Esta decisão foi tomada na sequência do não cumprimento integral dos termos do acordo por parte da FCT e da posição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas de considerar que o referido acordo tinha sido um erro.

A percepção de impacto deste primeiro ciclo de avaliação é a de que teve um efeito positivo sobre o sistema. Por um lado, permitiu eliminar os casos mais graves de falta de qualidade e colmatar a maioria dos problemas identificados nos casos de acreditação condicional, incentivando, simultaneamente, as instituições a desenvolverem e certificarem os seus sistemas internos de garantia da qualidade e a descontinuar os ciclos de estudo que elas próprias entenderam não reunir condições para acreditação. Por outro lado, as normas relativas à qualificação do corpo docente permitiram a sua melhoria, visível num aumento progressivo da percentagem de docentes doutorados e com publicações significativas a nível internacional.

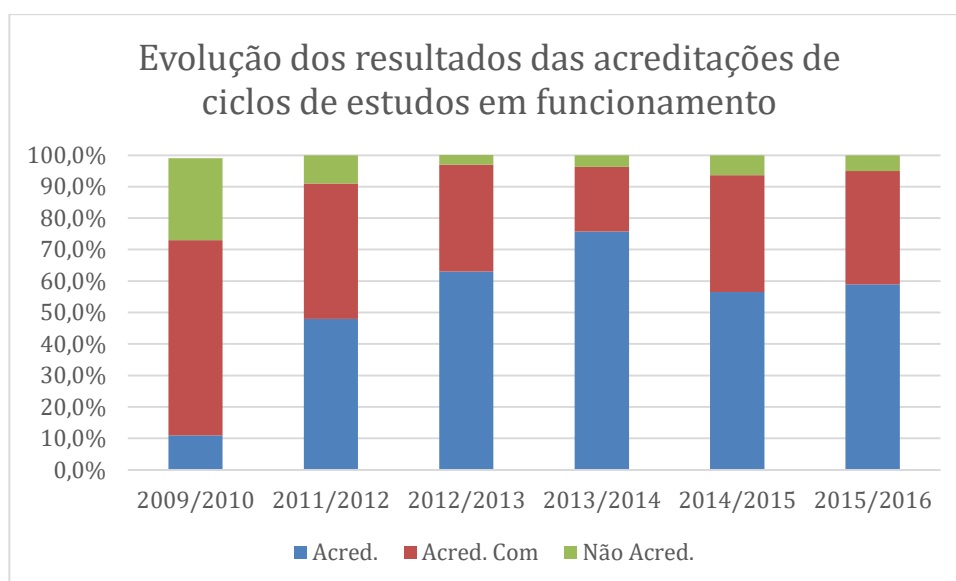


Gráfico 4 – Evolução dos resultados das acreditações dos ciclos de estudos em funcionamento.

A evolução dos resultados das acreditações dos ciclos de estudos em funcionamento ao longo do primeiro ciclo regular é ilustrada no gráfico seguinte. Em 2009/2010, ano em que foram avaliados os ciclos de estudos que na análise inicial efetuada apresentavam um corpo docente mais débil, o número de decisões favoráveis foi menor, havendo um número significativo de decisões desfavoráveis (26% de não acreditação). Desde então, nota-se uma estabilização das decisões

desfavoráveis à volta dos 5%, o que demonstra o esforço que tem sido feito nos últimos anos pelas instituições de ensino superior no cumprimento dos requisitos legais de acreditação.

#### **4. A REVALIDAÇÃO DAS ACREDITAÇÕES – ALINHAMENTO COM O CICLO REGULAR DE ACREDITAÇÃO**

Nos termos do Regulamento n.º 392/2013 da A3ES, que aprova o regime dos procedimentos de avaliação e de acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, “a instituição de ensino superior interessada que pretenda manter em funcionamento os ciclos de estudos acreditados requer a renovação da acreditação até ao termo do ano letivo anterior àquele em que se verifique a caducidade da anterior acreditação”.

Por razões de operacionalidade do processo de avaliação/acreditação, importa assegurar que, no caso de “novos” ciclos de estudos que foram objeto de acreditação prévia, ou de ciclos de estudos que tenham sido avaliados/acreditados fora do ciclo regular, o ano de avaliação para efeitos de renovação da acreditação seja, tanto quanto possível, alinhado com o ano de avaliação da respetiva área de formação no ciclo regular de avaliação/ acreditação. Para o efeito foi adotado um procedimento próprio (Deliberação nº 158/2015 do Conselho de Administração) que define os mecanismos e prazos para os pedidos de renovação da acreditação.

Em 2017 estiveram sujeitos ao procedimento de Pedido Especial de Renovação da Acreditação (processo PERA 2016/2017) 122 ciclos de estudos que foram acreditados como novos ciclos de estudos em 2011 (NCE 2010), perfazendo assim em 2017 o período normal de validade da acreditação de seis anos. Trata-se de um processo de avaliação/acreditação sem visita, com vista a uma prorrogação da acreditação (entre dois e quatro anos) até ao ano em que a área de formação em que o ciclo de estudos se insere seja abrangida pelo ciclo normal de avaliação/acreditação. Os respetivos guiões de autoavaliação foram submetidos na plataforma em finais de dezembro de 2016.

#### **5. O FOLLOW-UP DAS ACREDITAÇÕES CONDICIONAIS**

Em caso de acreditação condicional de um ciclo de estudos a instituição de ensino superior é solicitada a apresentar um relatório de *follow-up* em que evidencie o cumprimento das condições fixadas no ato de acreditação. De acordo com os procedimentos em curso, a Agência alerta individualmente as instituições, com cerca de dois meses de antecedência, para a necessidade de submissão dos relatórios de *follow-up* até ao final do mês que antecede o termo do período de acreditação.

Em 2017 foram apreciados 282 processos de *follow-up* (51 novos ciclos de estudos e 231 ciclos de estudos em funcionamento) com os seguintes resultados: 206 ciclos de estudos acreditados sem condições (por terem sido cumpridas as condições fixadas); 55 ciclos de estudos com prorrogação da acreditação condicional (na quase totalidade dos casos por estarem definidos, na decisão de acreditação, dois



prazos distintos para cumprimento das condições estabelecidas); 17 ciclos de estudos em que a acreditação foi cancelada (descontinuados pela instituição ou com decisão de acreditação negativa por não estarem cumpridas as condições fixadas).

## 6. A CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS INTERNOS DE GARANTIA DA QUALIDADE

Na sequência de um exercício experimental de aplicação do processo de auditoria, realizado em 2012, o processo de auditoria ficou aberto a todas as instituições de ensino superior interessadas, que são convidadas a manifestar, em novembro de cada ano, o seu interesse em participar no exercício de auditoria do ano seguinte.

Em novembro de 2016 foi dirigido novo convite às instituições de ensino superior interessadas para participação no processo de auditoria a decorrer em 2017. Seis instituições manifestaram interesse em participar e foram todas selecionadas por cumprirem o requisito de dispor de um manual da qualidade, ou documento equivalente, formalmente aprovado e com um mínimo de um ano de aplicação efetiva. Com vista a apoiar as instituições participantes organizou-se um Workshop destinado a clarificar os procedimentos associados ao processo, que teve lugar na Sede da Agência no dia 1 de fevereiro de 2017.

Uma instituição desistiu, entretanto, do processo e as restantes cinco submeteram os respetivos relatórios de autoavaliação até 31 de março de 2017. As auditorias, que envolveram visita a cada uma das instituições, decorreram entre finais de junho e dezembro, encontrando-se presentemente concluídos.

Complementarmente manteve-se a disponibilidade da Agência para colaborar em iniciativas das instituições de ensino superior destinadas a mobilizar as comunidades académicas para uma participação ativa nas questões da garantia e promoção da qualidade, tendo-se realizado três Seminários a convite das instituições.

Em novembro de 2017 foi aberto novo período para declaração de interesse de participação no processo de auditoria, tendo sido recebidas quatro candidaturas, que foram aceites por cumprirem os pré-requisitos necessários. A tabela seguinte ilustra o número de processos submetidos a auditoria em cada um dos exercícios efetuados e os respetivos resultados.

***Tabela 3 – Certificação de sistemas internos de garantia da qualidade***

	2012 Experimental	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Candidaturas	14	4	9	7	6	6	4
Candidaturas aceites	5	4	6	7	5	6	4
Processos submetidos	5	2	5	4	0	5	
Certificação por 6 anos	3		1	1		3	
Certificação condicional	2	2	4	1		2	
Não certificação				2			

## 7. AÇÕES DE PREPARAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO DOS MEMBROS DAS CAE

Tendo em vista a sua melhor preparação para as tarefas da avaliação/acreditação, designadamente no que se refere ao conhecimento do quadro normativo aplicável, da conduta e dos procedimentos a adotar, e do funcionamento da plataforma eletrónica através da qual se desenvolvem os processos de avaliação/acreditação, a Agência organizou, em 2017, duas ações de preparação/aperfeiçoamento destinados aos membros das Comissões de Avaliação Externa constituídas no âmbito da Avaliação Institucional. Essas ações tiveram lugar em Lisboa e no Porto, nos dias 12 e 15 de setembro, respetivamente.

## 8. A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ACREDITAÇÃO

Na sequência do exercício experimental de participação de estudantes nas Comissões de Avaliação Externa, realizado em 2011/12, a Agência passou a repetir, anualmente, um concurso de recrutamento. Após a seleção das candidaturas que se inserem nas áreas de formação a avaliar no ano em causa os estudantes são convidados a participar numa ação de formação de um dia e a apresentarem um trabalho de cerca de dez páginas sobre um dos temas tratados na sessão. A evolução do número de candidaturas apresentadas, candidaturas aceites, participação nas sessões, apresentação de trabalho e aceitação para inclusão na bolsa de estudantes-avaliadores é apresentada na tabela seguinte.

	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	Total
Candidatos	222 <sup>(1)</sup>	174	676 <sup>(2)</sup>	441	661	2.174
Aceites para formação	58	148	409	292	350	1.257
Presenças na formação	39	93	212	162	187	693
Trabalhos entregues	25	60	200	127	127	539
Aceites	18	48	174	113	114	467

(1) Neste concurso não houve especificação prévia de áreas, por não estarem ainda definidas.

(2) Em 2013/2014 foi efetuada uma reabertura do concurso, por insuficiência de candidatos no 1º prazo de candidatura.

Em setembro de 2016 não foi efetuada a habitual abertura de processo de recrutamento para seleção de estudantes a integrar as CAE no ano seguinte pelo facto de, no ano de 2016/17, não haver submissão de relatórios de autoavaliação de ciclos de estudos em funcionamento. Decorre, presentemente, um novo concurso de recrutamento, com vista a garantir a presença de um estudante em todas as visitas de avaliação a efetuar em 2018.

As Comissões de Auditoria dos Sistemas Internos de Garantia da Qualidade integraram sempre um estudante.

## **9. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

No cumprimento do determinado na Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, a A3ES lançou em 2017 o processo de avaliação e acreditação institucional a nível de todo o sistema, incluindo o estado de desenvolvimento dos sistemas internos de garantia da qualidade e a contribuição para o emprego científico. A avaliação institucional, que deverá distinguir, de forma clara, entre as missões das instituições de carácter universitário e as instituições de carácter politécnico, permitirá, em particular, verificar se as instituições cumprem as condições de funcionamento (por exemplo, a existência de doutoramentos em universidades e institutos universitários) definidas na Lei 62/2007, de 10 de setembro (RJES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) e se estão mantidos os pressupostos para o reconhecimento do interesse público (na sequência do estudo promovido pela DGES). Os resultados da Avaliação Institucional contribuirão, ainda, para a definição dos ciclos de estudos que serão objecto de um tratamento de acreditação mais flexível.

Em 2017 foi dado início a 38 processos de acreditação institucional, tendo-se realizado 28 visitas a instituições de ensino superior.

## **10. A PREPARAÇÃO DO SEGUNDO CICLO REGULAR DE ACREDITAÇÕES**

A lei 38/2007, de 16 de agosto, que aprovou o regime jurídico da avaliação do ensino superior, determina que a avaliação de qualidade será obrigatória e periódica (Artigo 7.º) e, no número 9º do Artigo 19.º afirma-se, de novo, que a avaliação externa da qualidade dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. No entanto, não existe na legislação nenhum dispositivo que permita isentar, quer as instituições, quer os seus ciclos de estudos, do processo de acreditação pelo que os guiões de autoavaliação devem ser preenchidos em todos os casos.

Porém, o número 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, que cria a Agência e aprova os seus estatutos, determina que “As normas atinentes ao procedimento de acreditação e à sua relação com o procedimento de avaliação são aprovadas pelo conselho de administração da Agência”, o que permite a flexibilização dos processos de acreditação quando tal se justificar.

Como previsto, a A3ES irá implementar um sistema intermédio em que, nas situações de qualidade comprovada, se utilizará um método de amostragem em vez de uma avaliação exaustiva dos cursos. O novo sistema de avaliação/acreditação será baseado nos princípios do “*quality enhancement*” e aplicará uma metodologia mais flexível nos casos em que se verifique uma conjugação de fatores:

1. Um bom histórico de acreditação no 1.º ciclo de acreditações.
2. Níveis de qualificação do pessoal docente superiores ao mínimo legal (ou à média nacional, quando tal se justifique).

3. Bom nível de investigação, certificado pela avaliação dos centros de investigação próprios (pelo menos Muito Bom).
4. Existência de um sistema interno de garantia da qualidade devidamente certificado pela Agência.

Nos casos em que se verifiquem aquelas quatro condições, será aplicado um sistema mais simplificado e flexível, baseado em amostragens. Ou seja, uma percentagem dos ciclos de estudos nestas condições serão acreditados pelo Conselho de Administração com base numa análise documental, sendo os restantes objeto de uma acreditação nos moldes tradicionais.

Com a conclusão do primeiro ciclo regular de avaliação/acreditação de ciclos de estudos foi, também, necessário preparar o lançamento do 2º ciclo, a desenvolver entre 2017/18 e 2022/23. Manter-se-á a organização das avaliações por área de formação, ao longo de cinco anos, por forma a incluir numa só visita a cada instituição todos os ciclos de estudos de uma determinada área, de modo a reduzir os custos da operação, sendo o sexto ano do ciclo reservado para a avaliação institucional.

Foi assim necessário proceder, em 2017, à revisão dos guiões de autoavaliação e de avaliação externa, adaptando-os à nova realidade do ensino superior em Portugal. Na realidade, é de salientar que todos os ciclos de estudos em funcionamento a avaliar no segundo ciclo regular passaram já por um processo de acreditação efetuado pela Agência, pelo que se tratará, efetivamente, de uma renovação da acreditação de ciclos de estudos que as instituições queiram manter na sua oferta formativa. Esta circunstância permitiu uma simplificação muito significativa do respetivo guião de autoavaliação (Guião ACEF 2017-2022) e do correspondente guião de avaliação externa (Guião AACEF 2017-2022), os quais se passam a aplicar indistintamente aos processos ACEF e PERA. Estes novos guiões incluem orientações mais detalhadas para facilitar o seu preenchimento. No entanto, é previsível que os guiões venham a ter de ser alterados se a prevista alteração de legislação ocorrer.

Tendo em atenção que em cada ano do novo ciclo regular passam a confluir ciclos de estudos provenientes de diversos processos anteriores de acreditação (NCE, ACEF e PERA), foi efetuada a correspondente programação e as instituições foram antecipadamente notificadas dos casos concretos de ciclos de estudos a submeter a avaliação em 2017/18.

## **11. A GARANTIA INTERNA DA QUALIDADE NA A3ES**

A garantia da qualidade no desempenho das suas funções é assumida pela Agência como um valor essencial para assegurar a credibilidade da sua atuação e a confiança nela depositada pelas partes interessadas, nomeadamente instituições de ensino superior, estudantes, poder político e sociedade em geral.

No âmbito dessa preocupação, foram tomadas, em 2017, as seguintes iniciativas relativas à definição da política para a qualidade e à correspondente implementação de procedimentos de garantia interna da qualidade:

- Obtenção de *feedback* externo, quer através de contacto direto com as diferentes partes interessadas, quer pela recolha sistemática de comentários e sugestões das instituições de ensino superior e dos membros das Comissões de Avaliação Externa através da aplicação de inquéritos (em 2017 foi lançado um inquérito relativo aos processos ACEF 2014/15 e ACEF 2015/16).
- Auscultação do Conselho Consultivo, nos termos previstos nos Estatutos da Agência;
- Auscultação do Conselho Científico, de composição internacional;
- Obtenção de *feedback* interno formal e informal, designadamente a partir de inquérito;
- Tratamento da informação recolhida e adoção de medidas de melhoria quando necessário;
- Realização de sessões de formação destinadas a membros das Comissões de Avaliação Externa.

Está ainda previsto que em 2018 haverá uma nova avaliação internacional da Agência pela ENQA e renovação da sua inscrição, quer na ENQA, que no EQAR.

## 12. PUBLICAÇÕES

A Agência continuou a sua política de participação em atividades de investigação, a qual constitui uma das características que a distinguem da grande maioria de agências a nível Europeu e mesmo mundial. O resultado desta atividade expressa em publicações de artigos e livros e participação em congressos e projetos de investigação é apresentado no Anexo I a este relatório.

Foram também publicados diversos relatórios síntese sobre as áreas de ensino e formação oferecidas pelo sistema de Ensino Superior de Portugal. Em 2017 foram publicados os seguintes relatórios:

- Biologia e Bioquímica
- Ciências Veterinárias
- Terapia e Reabilitação
- Nutrição
- Secretariado e Trabalho Administrativo
- Línguas e Literaturas Estrangeiras
- Design
- Agricultura, Silvicultura e Pescas

## 13. NOTA FINAL

A Agência tem prosseguido o trabalho que se comprometeu a realizar, de acordo com a legislação, as recomendações dos seus Conselhos (Curadores, Consultivo e Científico) e os resultados das inúmeras reuniões que são mantidas com os representantes de todas as instituições. No entanto, continuam a verificar-se duas situações que dificultam o trabalho da Agência:

- 1) A inexistência de legislação que permita a avaliação/acreditação do ensino a distância, o que impossibilita qualquer ação da A3ES e que criou um vazio legal na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março. De acordo com o artigo 59º desse decreto-lei, os cursos acreditados pela A3ES só podem ser ministrados a distância se isso constar expressamente do ato de acreditação, o que não é possível nas atuais circunstâncias.
- 2) O conceito de “especialista” utilizado no ensino politécnico e mais tarde alargado ao ensino universitário. O especialista deveria ser, tipicamente, um profissional de grande reputação que está ativo no terreno e que pode transmitir os seus conhecimentos aos alunos. O especialista deveria ser alguém com um contrato como docente convidado, uma vez que deve permanecer ativo na profissão. Além disso, as regras para a atribuição do título de especialista carecem de aperfeiçoamento.

No entanto, verifica-se que o MCTES tem em vista a publicação, em 2018, de legislação que permitirá corrigir alguns destes problemas, sendo de salientar a eliminação do conceito de “especialista” do ensino universitário.

A Agência reconhece a necessidade de reformular a sua plataforma electrónica para a tornar mais operacional e de fácil utilização. Esta alteração está a ocorrer em simultâneo com a preparação dos novos guiões para a avaliação/acreditação de ciclos de estudos, a qual terá em conta a experiência adquirida no primeiro ciclo de avaliações, bem como o desejo de simplificar o sistema.

A Agência deverá estreitar a cooperação com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, nomeadamente no caso de se concretizar a alteração prevista da legislação que determina uma ligação mais direta entre a capacidade para oferecer doutoramentos e a existência de centros de investigação com boas avaliações.

A Agência terá, provavelmente, que adaptar os guiões à diferente natureza dos ensinos universitário e politécnico e ao diferente tipo de ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento), se as alterações legislativas propostas tiverem concretização.

Alberto M.S.C. Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

José Sarsfield Cabral

Teresa Duarte

Armando Pires

## Anexo I

### Publicações e projetos

#### ARTIGOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS

- Sin, C. Tavares, O., Amaral, A., (2017). The impact of programme accreditation on Portuguese higher education provision, *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 42 (6), 860-871.
- Sin, C., Tavares, O., Amaral, A. (2017). Taking stock of changes in quality assurance in Portuguese higher education between 2007 and 2015, *Debats - Revista de cultura, poder i societat*, DOI10.28939/iam.debats-en.2017-12
- Tavares, O., Sin, C., Videira, P., & Amaral, A. (2017). Academics' perceptions of the impact of internal quality assurance on teaching and learning, *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 42 (8), 1293-1305.
- Sin, C. & Amaral, A. (2017). Academics' and employers' perceptions about responsibilities for employability and their initiatives towards its development. *Higher Education*, 73(1), 97-111.
- Sin, C., Tavares, O., Amaral, A. (2017). Accepting employability as a purpose of higher education? Academics' perceptions and practices, *Studies in Higher Education*, DOI: 10.1080/03075079.2017.1402174
- Sin, C., Tavares, O., Neave, G. (2017). Student mobility in Portugal: grappling with adversity, *Journal of Studies in International Education*, 21 (2), 120-135.
- Sin, C. (2017). Comparative analysis of Physics master degree curricula across national and institutional settings: manifestations of student-centred learning and implications for degree comparability. *The Curriculum Journal*, 28 (3), 349-366.
- Cardoso, S., Rosa, M.J., Videira, P., and Amaral, A. (2017). Internal quality assurance systems: Tailor made or one size fits all' implementation? *Quality Assurance in Education*, 25(3): 329-342. <https://doi.org/10.1108/QAE-03-2017-0007>.
- Tavares, O., Lança, V., & Amaral, A. (2017). Academic Inbreeding in Portugal: Does Insularity Play a Role? *Higher Education Policy*, 30 (3), 381-399.
- Sá, C. and Tavares, O. (2017). How student choice consistency affects the success of applications in Portuguese higher education, *Studies in Higher Education*, published online: 11 april 2017. Doi 10.1080/03075079.2017.1313219

- Tavares, O. (2017). The role of students' employability perceptions on Portuguese higher education choices. *Journal of Education and Work*, 30 (1), 106-121.
- Carvalho, T., White, K., O'Connor, P. & Machado, L. (forthcoming). Continuity amongst change? A cross national study of gender and higher education. *Gender in Management: An International Journal*.
- Neiva Ganga, R., Silva, J. P., Vaz, H., Gomes, R., Lopes, J. T., Cerdeira, L., Silva, S., Cabrito, B., Magalhães, D., Machado-Taylor, M. L., Peixoto, P., Brites, R. & Patrocínio, T. (2017). From Portugal to Europe. A micro-level Sociology of scientific migration in times of Eurozone crisis. *Migraciones Internacionales*. ISSN 1665-8906. (aceite para publicação)
- Gomes, R. M., Lopes, J. T., Cerdeira, L., Vaz, H., Ganga, R., Silva, J. P., Silva, S., Peixoto, P., Machado, M. L., Brites, R., Patrocínio, T. & Cabrito, B. (2017). L'emigration portugaise qualifiée dans le contexte européen. *Hommes & Migrations*, avril-septembre, 1317-18 (double), 93-104.

## **CAPÍTULOS EM LIVROS INTERNACIONAIS**

- Sin, C. and Soares, D. (2017). Disciplinary Differences in University Teaching. In J.C. Shin, P. Teixeira (eds.), *Encyclopaedia of International Higher Education Systems and Institutions*, DOI:10.1007/978-94-017-9553-1\_329-1
- Cardoso, Sónia, Tavares, Orlanda (2017). Students' Drop Out of Higher Education. In *Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions*. Dordrecht: Springer. DOI: 10.1007/978-94-017-9553-1\_432-1
- Machado, M. L., Meira Soares, V., Brites, R., Ferreira, J. B., Farhangmehr, M. & Gouveia, O. (2017). Academic Job satisfaction and motivation: Perspectives from a nation-wide study in Portugal. In M. L. Machado-Taylor, V. M. Soares & U. Teichler (Eds.), *Challenges and options: the academic profession in Europe* (pp. 69-139). Springer.
- Machado-Taylor, M. L. & Peterson, M., (2017). Academic Strategy in the Emerging University – A Transformational Perspective. In M. L. Machado-Taylor, V. M. Soares & U. Teichler (Eds.), *Challenges and options: the academic profession in Europe* (pp. 49-66). Springer.
- Teichler, U., Machado-Taylor, M. & Soares, V. M. (2017). What is the New Academic Profession? In M. L. Machado-Taylor, V. M. Soares & U. Teichler (Eds.), *Challenges and options: the academic profession in Europe* (pp. 253-267). Springer.
- Carvalho, T. & Machado-Taylor, M. L., (2017). The Exceptionalism of Women Rectors: A Case Study from Portugal. In White, O'Connor, Pat (Eds.), *Gendered Success in Higher Education Global Perspectives*. (pp. 111-131). Palgrave Macmillan.



- Peixoto, P., Machado Gomes, R., Teixeira Lopes, J., Vaz, H., Cerdeira, L., Brites, R., Cabrito, B., Ganga, R., Machado-Taylor, M. L., Magalhães, D., Silva, S. & Patrocínio, T. (2017). MobiGrants: new agents of brain drain in Portuguese higher education. In C. Giousmpasoglou, E. Marinakou & V. Paliktzoglou (Eds.), *Brain Drain in Higher Education: The Case of the Southern European Countries and Ireland*. Hauppauge: Nova Science Publishers.
- Fonseca, M. (2017). Southern Europe at a Glance: Regional Disparities and Human Capital. In M. Fonseca, & U. Fratesi (Eds), *Regional Upgrading in Southern Europe. Spatial Disparities and Human Capital* (pp. 19-54). Cham: Springer.
- Cardoso, S., Rosa, M.J., and Videira, P. (2017). Students' participation in quality assurance: a partnership? In S. Dent, L. Lane and T. Strike (Eds.), *Collaboration, communities and competition: International Perspectives from the Academy* (pp. 125-142). EAIR conference volume. Rotterdam, Sense Publishers. Scopus
- Amaral, A. (2017). Implications for the European Economic Integration after the Brexit. In Madalena, F. and Fratesi, H. (Eds.), *Regional Upgrading in Southern Europe. Spatial Disparities and Human Capital*, Cham, Switzerland, Springer, pp. 347-358.
- Teixeira, P. and Amaral, A. (2017) Private and For-Profit Higher Education in Europe: Current Patterns and Regulatory Challenges. In Hazelkorn, E., Coates, H. and McCormick (Eds.), *Research Handbook on Quality, Performance and Accountability in Higher Education*, Bloomsbury.

## ARTIGOS EM REVISTAS NACIONAIS

- Fonseca, Madalena; Friães, Rita; Fonseca, Paula (2017). Regulação e garantia de qualidade no sistema de ensino superior em Portugal: o caso da formação inicial de professores do ensino pré-escolar, básico e secundário. in Correia, Luís Grosso; Leão, Ruth; Poças, Sara (ed.) (2017). *O Tempo dos Professores*. Porto: CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas / Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. (Pag.975-1000). Link para ebook:[https://www.fpce.up.pt/otempodosprofessores/O\\_Tempo\\_dos\\_Professores\\_monografia\\_LGC\\_RL\\_SP\\_CIIE\\_2017.pdf](https://www.fpce.up.pt/otempodosprofessores/O_Tempo_dos_Professores_monografia_LGC_RL_SP_CIIE_2017.pdf)
- Lopes, J. T., Silva, J. P., Ganga, R., Gomes, R. M., Magalhães, D., Vaz, H., Cerdeira, L., Silva, S., Peixoto, P., Machado, M. L., Brites, R., Patrocínio, T. & Cabrito, B. G. (2017). A decisão de emigrar: um estudo a partir da perspetiva da pluralidade disposicional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 37-56.

## LIVROS INTERNACIONAIS

- Machado-Taylor, M.; Soares, V.M., Teichler, U., & Machado-Taylor, M. (Eds.) (2017). *Challenges and options: the academic profession in Europe*. Springer.
- Fonseca, Madalena; Fratesi, Ugo (Eds) (2017): *Regional Upgrading in Southern Europe: Human Capital and Regional Disparities*. Advances in Spatial Science 978-3-319-49817-1. Heidelberg: Springer.

## LIVROS NACIONAIS

- Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Machado-Taylor, M. L., Brites, R. & Curado, A. P. (2017). *Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. CESTES 2. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior*. Lisboa: EDUCA. ISBN: 978-989-8272-30-0.

## ATAS DE CONFERÊNCIAS

- Tavares, O., Sin, C., Cardoso, S., Videira, P. (2017) Barriers to Adults' Continuing Education, conference-paper ICERI2017 Proceedings (10th annual International Conference of Education, Research and Innovation). DOI: 10.21125/iceri.2017.0830 Part of ISBN: 9788469769577 <https://library.iated.org/view/TAVARES2017BAR>
- Sin, C., Tavares, O., (2017). Reasons for the poor employability of the first degree in students' perceptions, Third International Conference on Higher Education Advances HEAd 17, 21-23 June, Valencia, Spain, DOI: 10.4995/HEAD17.2017.5175. <http://ocs.editorial.upv.es/index.php/HEAD/HEAD17/paper/view/5175>
- Tavares, O., Sin, C., Videira, P. (2017) Actors and factors behind the development of internal quality assurance systems, 9th annual International Conference on Education and New Learning Technologies EDULEARN17, 3-5 july, Barcelona, DOI 10.21125/edulearn.2017.0559 <https://library.iated.org/view/TAVARES2017ACT>
- Machado-Taylor, M.L.; Portela, I. (2017). Igualdade de género na promoção do desenvolvimento sustentável: situação presente e desafios. 24<sup>th</sup> APDR - *Intellectual Capital and Regional Development: New landscapes and challenges for space planning*. University of Beira Interior, Covilhã, Portugal, July 6-7, PROCEEDINGS ISBN 978-989-8780-05-8
- Marques, C.; Santos, G.; Justino, E.; Machado-Taylor, M.L. (2017). 'Empreendedorismo feminino e internacionalização: um estudo bibliométrico' . Paper for presentation at 24<sup>th</sup> APDR - *Intellectual Capital and Regional Development: New landscapes and challenges for space planning*. Congress,

University of Beira Interior, Covilhã, Portugal, July 6-7, PROCEEDINGS ISBN 978-989-8780-05-8

- Cerdeira, L. & Machado-Taylor M. L. (2017). O Ensino Superior Português: Os desafios da Acessibilidade e da Democratização. *LASA2017. XXXV International Congress of Latin American Studies Association*, 29 de abril-1 de maio de 2017, Lima, Peru.  
<https://lasa.international.pitt.edu/auth/prot/congresspapers/Past/lasa2017/files/48861.pdf>

## APRESENTAÇÕES EM CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

- O. Tavares, C. Sin, S. Cardoso e P. Videira (2017). with the virtual communication “Barriers to adults’ continuing education”, 10th annual International Conference of Education, Research and Innovation (ICERI17), Seville, Spain, 16 -18 November, 2017, [https://iased.org/concrete3/view\\_abstract.php?paper\\_id=60533](https://iased.org/concrete3/view_abstract.php?paper_id=60533)
- Cristina Sin e Sonia Cardoso (2017). with the communication “Cross-Border Higher Education: Tensions between Trade Liberalization Proposals and Quality Assurance”, World Education Day-2017 (WED-2017), Dalian, China, 27-29 September 2017
- Cristina Sin, Dominik Antonowicz and Janneke Wiers-Jenssen (2017). with the poster “Internationalising peripheries in Europe: Attracting International Students to Norway, Poland and Portugal”, 39th EAIR Forum, Porto, Portugal, on 3-6 September 2017, under the theme “Under pressure? Higher education institutions coping with multiple challenges”.
- Cardoso, S., Rosa, M.J., and Videira, P. (2017). Academics’ participation in quality assurance: does it reflect ownership? EAIR 39th Annual Forum “Under pressure? Higher education institutions coping with multiple challenges”, Porto, 4-6 September 2017.
- Manatos, M.J., Cardoso, S., Rosa, M.J., and Carvalho, T. (2017). Is quality assurance ‘threatening’ academic professionalism? The perceptions of Portuguese academics. EAIR 39th Annual Forum “Under pressure? Higher education institutions coping with multiple challenges”, Porto, 4-6 September 2017.
- Cardoso, S. and Veiga, A. (2017). Doctoral programmes quality assessment. UKCGE Annual Conference 2017 - Postgraduate Education in the European Context. Porto, FPCE, 6-7 July 2017. Communication by invitation
- Machado-Taylor, M.L.; Deem, Rosemary (2017). The Gender Politics of Women Academics in the UK and Portugal. 2017 EAIR Porto Forum “Under Pressure? Higher Education Institutions Coping with Multiple Challenges” University of Porto, Portugal, 3 - 6 September 2017

- Deem, Rosemary and Machado-Taylor, M.L. (2017). The Gender Politics of European Universities: Women Academics in the UK and Portugal'. Paper for presentation at Conference of Higher Education Researchers - CHER 30<sup>th</sup> Annual Conference, University of Jyväskylä, Finland, August 2017
- Santos, G.; Justino, E.; Marques, C.; Machado-Taylor, M.L. (2017). The influence of services quality on student satisfaction: contributions to the construction of an explanatory model of university social responsibility. Conference of Higher Education Researchers, University of Jyväskylä, Finland, August 2017
- Leitão, J.; Machado-Taylor, M.L.; (2017). 'Corporate Social Responsibility and The Participation of Women in Economic Growth'. Paper for presentation at COINs17 -7th International Conference on Collaborative Innovation Networks RESILIENCE THROUGH COINs September 14th -17th 2017 Detroit, Michigan, USA
- Gomes, Rui Machado; Peixoto, Paulo; Lopes, João Teixeira; Vaz, Henrique; However, Brites, Rui; Cabrito, Belmiro; Ganga, Rafaela; Machado-Taylor, Maria de Lourdes; Silva, Sílvia (2017) From academic mobility to the long-term emigration: lessons from Portugal. Paper for presentation at ESA - 13<sup>th</sup> Conference of the European Sociological Association. Atenas, Greece 29-08 to 1-09, 2017
- Bakthavatchalam, V. P., Miles, M., Horodnic, I. A. & Machado-Taylor, M. L. (2017). Research Productivity of Higher Educational Systems in Transition: A Study of Engineering Institutions in Coimbatore, India. *Mission Responsible: Future of Education and Youth Work*, 30 November to 2 de December de 2017, Athens, Greece.
- Fonseca, M. e Friães, R. ( 2017). A formação de professores do ensino pré-escolar, básico e secundário no ensino superior em Portugal: do Processo de Bolonha à atualidade. Congresso internacional O Tempo dos Professores, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, de 28 a 30 de setembro de 2017.
- Madalena, F. (2017). Participação no Workshop anual de verão, da ECA. Paris (HCERES), 22 e 23 de junho de 2017 (Madalena Fonseca).
- Tavares, O. e Carsodo, S. (2017). Participação no ENQA SEMINAR 2017 – Quality Assurance in the European Context, Brussels, Belgium, 15-16 June 2017.
- Tavares, O. e Amaral, A. (2017). Participação no CIQG (CHEA International Quality Group) Annual Meeting, February 1-2, Washington DC, USA, under the theme “*Quality and Quality Assurance in a Changing World*”.
- Tavares, O. e Amaral, A. (2017). Participação na CHEA (Council for Higher Education Accreditation) Annual Conference, January 30 – February 1, Washington DC, USA under the theme “*Quality Assurance and Accreditation: Moving Into the Future*”.

## CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS DE DIVULGAÇÃO EM PORTUGAL

- Sérgio Santos (2017). ECA 1<sup>st</sup> Regional Thematic Seminar in Lisbon – *Institutional Accreditation in Europe*, com a comunicação “*A3ES Institutional Assessment Process – A brief overview*”, 31 de janeiro, Lisboa.
- Sérgio Santos (2017). Workshop de preparação do processo de auditoria de sistemas internos de garantia da qualidade ASIGQ 2017, A3ES, Lisboa, 1 de fevereiro. Apresentações: *Sistematização dos critérios de análise e Pontos críticos no processo de auditoria – A experiência dos exercícios anteriores*.
- Sérgio Santos (2017). Universidade do Algarve, Seminário preparatório do processo de aplicação do modelo de auditoria, 8 de março. Apresentação: *Auditoria de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade – Enquadramento, princípios, desafios*.
- Sérgio Santos (2017). Universidade Portucalense, Seminário preparatório do processo de aplicação do modelo de auditoria, 15 de março. Apresentação: *Auditoria de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade – Enquadramento, princípios, desafios*.
- Sérgio Santos (2017). Instituto Politécnico de Setúbal, Seminário preparatório do processo de aplicação do modelo de auditoria, 21 de março. Apresentação: *Auditoria de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade – Enquadramento, princípios, desafios*.
- Sérgio Santos (2017). Seminário Internacional *O Ensino Superior – Desafios e Futuro*, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, 3 de julho. Apresentação: *Desafios da Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior*.
- Sérgio Santos (2017). Encontro IPQ/CS11/GT2 *Autoavaliação das Instituições de Ensino Superior, Partilha de Boas Práticas*, Universidade de Aveiro, 11 de outubro. Comunicação: Referenciais para os sistemas internos de garantia da qualidade nas instituições de ensino superior.
- Sérgio Santos (2017). II Congresso Internacional *Desafios da Qualidade em Instituições de Ensino – novos referenciais para a avaliação das organizações educativas*, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, 19 de outubro. Apresentação: *Avaliação Institucional para as Instituições de Ensino Superior*.
- Sérgio Santos (2017). Universidade de Évora, Seminário de sensibilização *A eficácia dos sistemas internos de garantia da qualidade – O papel da autoavaliação na garantia da qualidade do ensino*, Departamento de Gestão, 21 de novembro.

- Cardoso, S. and Sin, C. (2017). Uma reflexão crítica sobre a internacionalização nas instituições Portuguesas de ensino superior, Seminário de 'Educação para um Mundo Global: Desafios e oportunidades em instituições Portuguesas de ensino superior', Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, 19 e 20 de Outubro de 2017.
- Cerdeira, L., Cabrito, B., Brites, R., Patrocínio, T., Machado, L. & Curado, A. P. (2017). Perfil e os Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português em 2015/2016. *Seminário "Quem São os Estudantes e Quanto Custa Estudar No Ensino Superior Português – 2015/2016?"*, 30 de maio de 2017, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa. <http://www.ie.ulisboa.pt/events/quem-sao-os-estudantes-e-quanto-custa-estudar-no-ensino-superior-portugues>
- Cerdeira, L., Cabrito, B. & Machado, L. (2017). O perfil e os custos dos estudantes do Ensino Superior Português em 2015/2016 e comparação com os estudantes da UTAD. *Seminário "Quem São os Estudantes e Quanto Custa Estudar No Ensino Superior Português – 2015/2016?"*, 26 de outubro de 2017, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real. [http://www.utad.pt/vPT/Area2/agenda/Paginas/2017/eventos\\_outubro/projetoCES\\_TES.aspx?datestart=2017-10-21&lst=1](http://www.utad.pt/vPT/Area2/agenda/Paginas/2017/eventos_outubro/projetoCES_TES.aspx?datestart=2017-10-21&lst=1)
- Cabrito, B., Cerdeira, L., Patrocínio, T., Machado-Taylor, M. L., Brites, R. & Curado, A. P. (2017). Origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior em Portugal 1995-2015. *AFIRSE 2017*, 2-4 de fevereiro de 2017, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa. <http://afirse.ie.ul.pt/coloquios/xxiv-coloquio-2017/>
- Fonseca, M. (2017). Workshop sobre o processo ASIGQ na Universidade do Porto. Porto, reitoria da Universidade, janeiro 2017.
- Fonseca, M. (2017). Participação com comunicação e moderação de sessão no II Congresso Internacional da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, subordinado ao tema: Desafios da qualidade em instituições de ensino: novos referenciais para a avaliação das organizações educativas. Coimbra, 19 e 20 de outubro.

## **PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO**

- Projeto ERASMUS +, KA2: A A3ES integra a comissão de acompanhamento do projeto europeu CALOHEE. "Advisory Board and the Quality Assurance Board of the Project Measuring and Comparing Achievements of Learning Outcomes in Higher Education in Europe (CALOHEE)", em representação da ECA. Terceira reunião, Bruxelas, 3 de fevereiro de 2017.
- Projeto ERASMUS +, KA2: MEHR: Modernisation, Education and Human Rights. Continuação dos trabalhos. Workshop e Conferência Internacional em Estocolmo, setembro 2017.

- Projeto ERASMUS +, KA3: Database of External Quality Assurance Results (DEQAR).
- WHEM – Women in Higher Education Management. The Women in Higher Education Management (WHEM) Network was formed in late 2006 and held its first meeting at CIPES in Porto in May 2007. The following countries are committed to conduct national studies: Australia, Finland, Ireland, New Zealand, Portugal, South Africa, Sweden, Turkey and United Kingdom. C:\WomenManagers\Women in Higher Education Management Network (WHEM), Arts, Monash University.mht
- International Comparison of University Systems, CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas & CRUE- Conselho de Reitores das Universidades Espanholas
- CESTES 2 – Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian
- Projeto Estratégico CIPES 757/2013 – Compreender de que forma o ensino superior está a responder aos múltiplos desafios globais e qual o modo de interação entre iniciativas nacionais e respostas institucionais.
- Projeto ACESSO, SUCESSO E INSUCESSO: PER...cursos estudantis no Ensino Superior Público, financiado pela A3ES (Agency for assessment and accreditation of higher education).
- Estudo internacional study sobre a Internationalização do corpo académico.
- Estudo internacional: The Academic Profession in the Knowledge-Based Society (APIKS) (Portuguese team: CIPES and University of Aveiro). Sonia
- Estudo: Doctoral training in the Portuguese higher education.
- Higher education indicators. Estudo financiado pela Fundação Belmiro de Azevedo (EDULOG).

## **OUTRAS ATIVIDADES**

- Madalena Fonseca (2017). Organização do Seminário sobre a Acreditação Institucional na Europa. 1<sup>st</sup> Regional Thematic Seminar. European Consortium for Accreditation ECA. Institutional Accreditations in Europe. 31<sup>st</sup> January 2017. Casos apresentados: NVAO, ZEVA e A3ES. Organização A3ES.
- Madalena Fonseca e Alberto Amaral (2017). Organização da Conferência Trends of Higher Education and Research in Southern European Countries, Conferência Anual EDULOG, 25 e 26 de Maio, Porto.
- Maria de Lurdes Machado (2017). Conferência FORGES – Moçambique, Maputo, 29, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2017 subordinada ao tema “O papel do

Ensino Superior para o Desenvolvimento dos Países de Língua Portuguesa”. Membro da Comissão Organizadora e membro da Comissão Científica. UML)

- Madalena Fonseca (2017). Colaboração com a DGEEC, Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência para recolha de estatísticas e participação em estudos ao nível europeu, da EURYDICE e EUROSTAT.
- Madalena Fonseca (2017). Colaboração com a DGES, Direção Geral do Ensino Superior na preparação do relatório de Portugal para o “Bologna Implementation Report” no âmbito do BFUG e da preparação da reunião ministerial de 2018.
- Madalena Fonseca (2017). Participação na Comissão de Acreditações Internacionais da Agência alemã ZEVA, como membro estrangeiro (Kommission für Internationale Angelegenheiten der ZEvA (KIA). (Madalena Fonseca).
- Sónia Cardoso (2017). Seminário de ‘Educação para um Mundo Global: Desafios e oportunidades em instituições Portuguesas de ensino superior’, Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, 19 e 20 de Outubro.
- Madalena Fonseca (2017). Participação na reunião do Grupo 5+5 (10 países do Mediterrâneo) para o Ensino Superior, a convite da Agência Francesa HCERES. “Dialogue 5+5 on research Innovation and Higher Education. Séminaire sur le thème de l’assurance qualité”. Apresentação “QA in Higher Education: The Portuguese System”. Paris (HCERES), 10 de fevereiro.
- Madalena Fonseca (2017). Participação numa ação de PLA on Fine-tuning recognition processes: challenges, strategies, tools, do projeto europeu “GEAR - Greece Exploring Advanced Recognition in higher education” em Atenas, Grécia, a convite da Directorate General for Higher Education, Hellenic Ministry of Education, Research & Religious Affairs. Apresentação do caso português no painel Best Practices on Recognition: Some examples from the EHEA.
- Madalena Fonseca (2017). Participação no Curso de Verão organizado pela Agência de Espanha, ANECA, na Universidad Internacional Menéndez Pelayo (UIMP) en Santander, a convite do Diretor. Sessão de Formação subordinada ao tema “Retóricas sobre la independencia de las agencias de calidad: el modelo de agencias públicas nacionales. Santander, 11 e 12 de setembro.



## Anexo II

### Relatório do Conselho Científico

#### I – RELATÓRIO

## Seventh Report of the Scientific Council to A3ES

Based on the Council's meeting on 12 June 2017

### 1 Introduction and Aim of the Report

The Scientific Council of A3ES was created in 1999 in response to the wish of the Portuguese Legislature to emphasise the Agency's internationalisation and to spur A3ES's continual improvement of its procedures. The Council visits the Agency annually to debate A3ES's progress; the conclusions and suggestions of which discussion constitute the Council's annual report. Due to several reasons within A3ES, the 46th meeting of the Scientific Council was postponed until June 2017. For instance, the memberships of the Board of Trustees as well as of the Executive Board of A3ES were changed in 2016.

The Agency's *Activity Report 2016* provided the main input to our Council's meeting, together with a paper on a 2003 pilot medical accreditation project as well as the outline for the A3ES institutional assessment process currently being implemented. Discussions with the Agency's president, prof. Alberto Amaral, and executive member of the management board, prof. João Duarte Silva completed the Council's picture.

### 2 Achievements and Acknowledgements

A3ES has almost completed its first round of programme evaluations for accreditation; this constitutes an extraordinary amount of work, which has led to a sizeable reduction of the offer of study programmes in the country. A3ES staff appear to believe the overall process has been successful in part because many institutions voluntarily closed programmes rather than submit them for accreditation review. Also, the yearly number of requests for new program accreditations has diminished since the initiation of the process, which suggests development of more rigorous norms for program development and review at the institutional level, and also suggests the number of necessary future program accreditations and reaccreditations for A3ES may diminish somewhat from previous years. The Council finds the transition towards institutional-level accreditation promising as a signal of increasing trust in the maturity of institutional quality assurance.

The *A3ES 2016 Report* stressed the value of its efforts, in association with Cipes, to conduct studies and provide conferences for its constituents on academic quality assurance policies and related issues. As noted in previous reports of the Scientific Council, A3ES' strengths in research and analysis are distinctive among EU and other national quality assurance agencies and provide a comparative advantage for Portugal's system of higher education. The internal quality assurance of A3ES was noted positively in the Council meeting.

#### 2.1 Follow-up of previous Scientific Council reports

In its 2015 report, the Scientific Council made several recommendations, of which we highlight two here. First, some suggestions were given for increasing the public functioning of A3ES's reports (as had been stressed in the external review of A3ES). Our Council notes

with pleasure that since then, A3ES published more than 25 short, factual brochures setting out sectoral analyses of major area of knowledge, e.g. Sociology and other studies, Management and administration, or different types of engineering. The aim and target group of this series of thematic studies are, however, not very clear. The brochures do not seem oriented towards informing prospective students about the diverse programmes' strengths and weaknesses, nor about programmes' pros and cons in the eyes of current students.

Second, in the 2015 report our Council turned its attention to accreditation of the emerging academic programmes in non-conventional Medicine. The A3ES 2016 Activity Report includes the results of this process among all other prior accreditations of new study programmes. A3ES apparently succeeded in including these programmes in its normal course of evaluation, although having so many completely new programmes with little previous foundation in the higher education system may account for the growth of negative accreditation decisions of A3ES in 2016.

### 3 Current Challenges

#### 3.1 Institution-level accreditation

Since several years, A3ES is preparing to define its next round of accreditation. As the higher education law prescribed, in the second round the focus should be on institutional accreditation, including an assessment of institutional internal quality assurance, which up to this point had been reviewed only on a voluntary basis.

Within A3ES there seems to be some ambivalence over the effectiveness of the institutional level assessment and mandatory program accreditations are sometimes perceived as more forceful to achieve real quality enhancement. Research on required external subject-level assessments and accreditations in the Nordic countries and Germany indeed suggests they have encouraged greater faculty attention to improving program instruction in academic programmes (Dill and Beerkens 2010). But over time programme reviews have proven expensive, wearying to program faculty, and appear to result in diminishing returns and decreasing faculty support (Dill and Beerkens 2010; Ganseur and Pistor, in press; Westerheijden 1990). Furthermore, recent comparative research on the academic profession indicates an emphasis on external efforts at quality assessment is often associated at the institutional level with an increase in hierarchical management and the diminishment of collegial efforts and actions traditionally employed to ensure academic standards (Teichler, Arimoto, and Cummings, 201). In the Changing Academic Profession global survey, for example, Portugal is among the three countries whose academics reported they were less influential (Dias, et al, 2013). With regard to academic quality only 28% of Portugal's university faculty responding to the CAP survey agreed their institution had a supportive attitude towards teaching and 44% considered the teaching support staff at their institution as poor or very poor.

Recent studies (Paradeise and Thoenig, 2013, 2014) of leading universities in the EU and the US have clarified the internal processes by which contemporary universities attain and assure standards of academic excellence. Academic quality was primarily sustained through the social interactions that occur within and between academic subunits and among academic staff at the host university. These collegial processes play a major role in building shared identities, developing valuable common knowledge in research and instruction among academic staff members, as well as generating and communicating essential academic norms and values through socialization and internal regulation. In sum, the evaluation and influence of respected faculty peers appears to be a more powerful incentive for real academic improvements in academic quality than are government edicts, market forces, or administrative policies. All of which suggests that external efforts to improve teaching and student learning in higher education need to be more focused on enhancing and strengthening

institutionally-based efforts at academic quality assurance. This reality is increasingly reflected in current international and European policies (Hopbach, 2014). Consistent with the traditional values of academic research, the most effective means for assuring and continually improving instruction and student learning is systematic, evidence based analysis and continual review by academic peers.

Among external quality evaluations, the Scottish Enhancement-Led Institutional Review (ELIR)<sup>1</sup> might provide a good practice example to focus on effectiveness for improving academic quality. It addresses the issue of imbalances in the way in which institutions experience quality assurance by emphasising ways of enabling improvements in practice as well as checking that systems are in place.

The *Auditing Internal Quality Assurance Systems – Guidelines For Self-Assessment* which were submitted to us appear to address relevant internal quality assurance issues, primarily at the university level. However, the key issue for evaluating institutional internal academic quality assurance processes is whether there is evidence of these processes' ability to motivate and support collective action by the faculty responsible for each academic program in assuring and improving academic standards in instruction, student learning, grading and marking, as well as in the assessment of student learning outcomes. It is noteworthy that, just like the UK's institutional quality audit does, the German process of 'system accreditation' focuses primarily on the institutional methods for assuring the quality of each academic program. Next to some earlier studies (e.g., Grendel & Rosenbusch, 2010), the thorough case study (Ganseur and Pistor, in press) describing the University of Duisburg-Essen's development of its internal quality assurance system in preparation for this accreditation review provides valuable insights into the types of issues and evidence that will be needed to successfully accredit such internal processes. In addition, the external academic audits implemented in Hong Kong and the US (Massy, Graham, and Short, 2007; Massy, 2010) provide useful guidelines for the design of such an evaluation process. Both examples suggest such reviews need to attend not only to institutional policies, but by direct investigation of a sample of academic programs, also need to seek evidence of the impacts and influence the institutional quality assurance processes have had on faculty behaviour with regard assuring and improving program level instruction, student learning, academic marking/grading, and student assessment. To be successful such external evaluations will also require reviewers who possess relevant academic knowledge, experience, and appropriate training to permit them to effectively assess the validity and reliability of the processes and measures they are examining.

Many institutions in Europe have adopted or been required to adopt student satisfaction surveys as a primary means of evaluating academic instruction. Recent research, e.g. in the US and France, on standardized student surveys (Stark and Freishtat, 2014; Boring, Ottoboni and Stark, 2016) suggests that the results of these surveys are biased by discriminatory evaluations of women and minorities, positively associated with the award of inflated student grades, and not related to direct evidence of student learning. Student comments on their learning experiences in a course in which they are enrolled can be of genuine value in improving university instruction. But student observations will be more useful if collected by course instructors with relevant qualitative methods and tools (see for example the problems experienced with mandated student satisfaction surveys at the University of Duisburg-Essen, and the new types of student evaluations developed by that University in Ganseur and Pistor, in press). To better monitor and improve university instruction, direct assessments of teaching behaviour appear to be more effective, such as classroom observations by academic peers as well as systematic university appraisals of instructor teaching materials (Stark and Freishtat, 2014). However, these types of evaluations are much less commonly employed globally than

---

<sup>1</sup> <http://www.qaa.ac.uk/reviews-and-reports/how-we-review-higher-education/enhancement-led-institutional-review>.

student satisfaction surveys (Cummings, 2009). This example also lends support for the assertion above regarding the need for external reviewers of internal quality assurance processes to possess the scientific knowledge and experience enabling them to evaluate the validity and reliability of institutional quality assurance systems and practices. In sum, when designed well, student satisfaction surveys can be helpful for drawing attention to problems with courses, for inspiring critical reflection, and offering basic feedback to the instructor, but they are not a very valid measurement of quality of teaching and if used as such, may have perverse effects.

In addition to this point about student satisfaction surveys and the evaluation of instruction, similar concerns can be raised about the need to improve institutional policies and practices regarding grading and marking, assessment of learning outcomes, institutional support for learning and instruction, and academically related institutional resource allocation policies, (see for example the experiences of the University of Duisberg-Essen, Ganseuer and Pistor, *in press*). There is a significant debate in the USA among national quality assurance and accrediting agencies as to whether and to what extent they should be engaged in institutional and faculty development (cf. National Academy of Sciences, 2017). But as European and Portuguese policies continue to emphasize deregulation and corporatization in higher education, academic institutions will necessarily need to develop new evidence based strategic processes for managing their own academic affairs as well as for assuring and continually improving academic instruction, student learning, and research. As these changes evolve, A3ES could play a vital role by offering publications, including best institutional practice identified in their accreditation reviews, as well as conferences focused on institutional academic needs and concerns.

### 3.2 Accreditation of medical education

The other main issue confronting A3ES presently is accreditation of medical studies. Our Council endorses the Agency's intention to take not only the academic side of medical teaching into account, but also the clinical teaching in the so-called teaching hospitals.

We were provided with a report from a pilot study undertaken in Portugal for the accreditation of clinical teaching facilities in medical education from 2003-2004. Given contemporary demands for increased medical education in many countries, European regulation in the area, the high risks associated with errors in the medical profession, as well as the high costs associated with such programmes, the need to assure effective accreditation in this field is understandable. A3ES may therefore find useful the recent report by the US National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2016) on Accreditation in the Health Professions, which attempted to address global issues in this field. Given the complexities involved with accrediting medical education, we would support A3ES's involvement if not direct responsibility for such an effort. The outlined pilot project appeared to provide a well-designed process for this type of accreditation as well as a potentially useful model for the ongoing accreditation of medical education by A3ES.

## 4 Recommendations

The published Guidelines for an Institutional Accreditation Self-Report shared with our Council appear generally sound. There was some discussion of utilizing data and relevant assessments from the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) as part of this institutional accrediting process. There have been criticisms of, and some reported negative impacts from, the heavy reliance in EU countries on publications and research citations to assess and financially support academic research (see, for example, Feller, 2009). Among the most respected, valid, and reliable information on the scientific impact of research by subject field for universities are the independent rankings produced by the Centre for Science and

Technology Studies at Leiden University (<http://www.leidenranking.com/>). This type of information might also be considered by A3ES as a supplemental indicator of research quality for Portuguese university accreditations.

To reduce the burden of accreditation once the turn to institution-level approaches will have been made, A3ES aims to apply a ‘lighter touch’ procedure, evaluating only a sample instead of programme accreditations for all study programmes in a higher education institution wherever possible. The indications to decide in which higher education institutions this sampling possibility exists, include the institution’s previous accreditation record and a scrutiny of input factors such as staff numbers and qualifications, as well as research productivity. Our Council suggests that the maturity of the institution’s internal quality assurance arrangements (‘capability maturity’ scales, e.g. Massy, 2010) might be given a more prominent role in this decision.

From the A3ES 2016 Activity Report, our Council learned that evaluators, including student members of external evaluation panels, are given one-day trainings (sections 7 and c). While agreeing that the legal framework, the conduct and procedures to be adopted, and the functioning of the electronic platform are important preconditions for external evaluators, we would like to see in those trainings more emphasis on the practical, professional conduct of evaluators during the process, especially during site visits (e.g. interview techniques).

As noted in our 2016 Council Report, and as reflected in the activities and publications listed in the A3ES Activity Plan for 2016, many of the studies, publications, and conferences focus on national and international policy issues, which address different concerns and issues of quality assurance from those being addressed by Portugal’s higher education institutions. As far as our Council can see, and as we already hinted above (page 5), future studies and conferences by A3ES might fruitfully support higher education institutions in addressing their challenges, such as turning institutional accreditation reports and recommendations into educational quality enhancement.

Further to the remarks we made about the thematic study brochures (page 4) our Council would draw A3ES’s attention to extending the Agency’s communication strategy both in print and on its website to stimulate public engagement rather than one-way information provision.

## 5 Scientific Council Developments

In the past year, the composition of the Scientific Council has changed. Prof. Dr. Guy Neave stepped down after having chaired the meetings since the inception of the Scientific Council. The year before, Dr. Mary Henkel, another Council member since its beginning, also had retired. The Council owes much to their insights and contributions.

At the 2017 meeting, the Council welcomed two new members, Dr. Maarja Beerkens (assistant professor at the Institute of Public Administration at Leiden University, the Netherlands) and Professor Murray Saunders (co-director of the Centre for Higher Education Research and Evaluation and Professor of Evaluation in Education and Work, Lancaster University, United Kingdom).

### The Scientific Council

Dr. Maarja Beerkens  
Prof.em. Dr. David Dill  
Prof. Dr. Roberto Moscati

Prof.Dr. Murray Saunders  
Dr. Björn Stensaker (by correspondence)  
Dr. Don F. Westerheijden

## References

- Boring, A., Ottoboni, K., and Stark, P. B. (2016) Teaching Evaluations (Mostly) Do Not Measure Teaching Effectiveness, *ScienceOpen Research*, accessed 26 January 2017 at <https://www.scienceopen.com/document/vid/818d8eco-5908-47d8-86b4-5dc38f04b23e>
- Cummings, W. K. (2009) Teaching versus Research in the Contemporary Academy. Report of the International Conference on the Changing Academic Profession Project. Accessed 6/23/2017: [http://rihejoho.hiroshimau.ac.jp/semicom\\_en/en13.html?series\\_n\\_en=RIHE+International+Seminar+Reports](http://rihejoho.hiroshimau.ac.jp/semicom_en/en13.html?series_n_en=RIHE+International+Seminar+Reports)
- Dias, D., de Lourdes Machado-Taylor, M., Santiago, R., Carvalho, T. and Sousa, S. (2013) Portugal: Dimensions of Academic Job Satisfaction. In P. J. Bentley, H. Coates, I. Dobson, L. Goedegebuure, and V. L. Meek (eds.), *Job Satisfaction Around the Academic World* (pp. 187-208). Dordrecht, The Netherlands: Springer.
- Dill, D. D. and Beerkens, M. (2010) *Public Policy for Academic Quality: Analyses of Innovative Policy Instruments*. Dordrecht, The Netherlands: Springer.
- Feller, I. (2009) Performance Measurement and The Governance of American Academic Science. *Minerva*, 47: 323-344.
- Ganseuer, C. and Pistor, P. (in press) Moving from IQA Tools to a System at the University of Duisburg-Essen. In M. Martin (ed.), *Enhancing Higher Education Quality And Graduate Employability: The Role of Innovative Practices in Internal Quality Assurance*. Paris: UNESCOIIEP.
- Grendel, T., & Rosenbusch, C. (2010). System accreditation: an innovative approach to assure and develop the quality of study programmes in Germany. *Higher Education Management and Policy*, 22(1): 87-98.
- Hopbach, A. (2014) Recent Trends in Quality Assurance? Observations from the Agencies' Perspective. In M. J. Rosa and A. Amaral (eds.), *Quality Assurance in Higher Education: Contemporary Debates*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Massy, W. F., Graham, S. W., and Short, P. M. (2007) *Academic Quality Work: A Handbook for Improvement*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Massy, W. F. (2010) Academic Quality Audit as Applied in Hong Kong. In D. D. Dill and M. Beerkens (eds.), *Public Policy for Academic Quality: Analyses of Innovative Policy Instruments*. Dordrecht, The Netherlands: Springer.
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2017) Exploring the Role of Accreditation in Enhancing Quality and Innovation in Health Professions Education: Proceedings of a Workshop . Washington, DC: The National Academies Press. Accessed 6/23/2017: <https://www.nap.edu/catalog/4=L=L/exploring-the-role-of-accreditation-in-enhancing-qualityand-innovation-in-health-professions-education>
- Paradeise, C. and Thoenig, J-C. (2013>) Academic Institutions in Search of Quality: Local Orders and Global Standards. *Organization Studies*, 34(2): 189-218.
- Paradeise, C. and Thoenig, J-C. (2014) Organizational Governance and the Production of Academic Quality: Lessons from Two Top US Research Universities. *Minerva*, 52(4): 381-417.
- Stark, P. B. and Freishtat, R. (2014) An Evaluation of Course Valuations. *Science Open* accessed 26/1/2017 at <https://www.scienceopen.com/document/vid/42e6aae5-246b-4900-8015-dc99b467b6e4>
- Teichler, U., A. Arimoto, and W. K. Cummings (2013) *The Changing Academic Profession: Major Findings of a Comparative Survey*. Dordrecht, The Netherlands: Springer.
- Westerheijden, Don F. (1990) Peers, Performance, and Power: Quality assessment in the Netherlands. In Leo C.J. Goedegebuure, Peter A.M. Maassen, & Don F. Westerheijden (Eds.), *Peer review and performance indicators: Quality assessment in British and Dutch higher education* (pp. 183-207). Utrecht: Lemma.

## RESPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

We are grateful for the report of the Scientific Council which gives an important contribution to the preparation of the future activities of A3ES. However we do not fully agree with all the comments and recommendations.

The report proposes a narrow utilitarian approach to the research related activities of A3ES: *“many of the studies, publications, and conferences focus on national and international policy issues, which address different concerns and issues of quality assurance from those being addressed by Portugal’s higher education institutions”*. We do not agree with this recommendation. A3ES aims to be in permanent contact with new developments in the area of quality assurance of higher education to ensure that it remains in the frontier of knowledge in the area, the organisation of conferences and seminars being one of the tools used to ensure the permanent updating of the Agency.

The published papers in international journals address a number of themes such as *Internal QA systems: their strengths and weaknesses and their impact on teaching and learning; employability; labour market competences; student mobility; academic inbreeding*. These themes are an obvious concern for both the Agency and higher education institutions. Some of these activities are the result of projects initiated by ENQA and ECA and A3ES does not consider convenient to discontinue them, as collaboration with relevant European organizations is within the remit of the Agency.

The Conference on *Cross-Border Education* and the Seminar on *European Policy Implementation and Higher Education* aimed at better understanding the mechanisms of the European Services Directive and the role of the European Court of Justice in shaping higher education policies not only in Europe, but also in member states. These conferences allowed A3ES to prepare a report for the Portuguese government, which was used to counter the pressures of the European Commission for changes in the Portuguese legislation on franchising of higher education activities. Apparently our arguments were considered convincing by the Commission. The Agency has the legal obligation to advise the government in matters related to quality assurance, to prepare reports and recommendations to the government, and to ensure the integration of Portugal in the European quality assurance system. Other conferences analysed the problems of human capital in Southern Europe and the training of experts.

The Agency has also collaborated with or promoted 17 Conferences and dissemination seminars, most of them to emphasise the implementation of internal QA systems: Lisbon (quality of internationalisation; accreditation of doctoral



programmes; the alignment with ESG2015; learning outcomes; internal quality assurance systems - IQAS; training of experts; criteria for certification of IQAS; objectives of IQAS; revision of IQAS criteria for alignment with ESG 2015), Porto (audits of IQAS; objectives of IQAS), Coimbra (QA in higher education; QA of long distance education – eL; QA systems in higher education), Braga (organisation and development of Portuguese higher education), Estoril (audits of IQAS).

The inclusion of non-conventional medicines in the accreditation system was not an option for A3ES. The Parliament passed legislation allowing the offer of higher education programmes in this area and, as no programme can be initiated without previous accreditation, the Agency had to include them in its activities. This was only possible with the help of foreign experts and collaboration with Macao (where A3ES is helping with the development of its QA system). It also illustrates a particular Portuguese problem: when a new market niche becomes available there is an immediate rush to take advantage of this opportunity, even if many institutions do not have the necessary resources.

The maturity of the institutional quality assurance systems has been included in the criteria for a light touch approach – only institutions with A3ES certified IQA systems will be considered. The certification takes into account the level of development of the system – very advanced; substantial; partial or insufficient.

Some problems of the last evaluation of research units by the Portuguese Foundation for Science and Technology have been recognised, namely the excessive use of bibliometrics and this included the results of a report specially prepared by Leiden University for this evaluation. In no circumstances will A3ES use the rankings produced by this evaluation. A new evaluation of the research units is underway and hopefully will eliminate the shortcomings of the previous exercise.

At last, we have the problem of the elaboration of evaluation/accreditation reports which has been a concern of the Agency over the last few years, namely after the publication of ESG015 and the new standard 2.5: *In general, reports should be structured to cover description, analysis (including relevant evidence), conclusions, commendations, and recommendations. **There should be sufficient preliminary explanation to enable a lay reader to understand the purposes of the review, its form, and the criteria used in making decisions. Key findings, conclusions and recommendations should be easily locatable by readers.***

There are many stakeholders to whom the reports could be addressed: academics, students, employers, parents, government and the general public. We agree with one of the findings of the EQUIP project (Innovative Quality Assurance & Practice): *It is unrealistic to expect external QA to answer all questions that might arise regarding*



*the quality of a programme or institution, or for the reports to fulfil the information expectations of all stakeholders (including the public). Trying to achieve this would ultimately make the reports unreadable for everyone.*

There are also indications that students in general will not use the QA final reports. Form a report by ESU (2013): *As can be seen, not only are the websites of programmes and higher education institutions the most used but also considered to be the most important sources of information. All other sources of information are far behind in importance: the third most important source of information is “recommendation from other students” with the mean of 0.37. The only other source of information with a positive mean is university rankings. **The least important sources of information are websites of public authorities and quality assurance agencies.***

This can be corroborated by one of us who has participated in institutional reviews of Dutch universities: he has never interviewed a student who declared to have read the evaluation reports. And David Dill (1997) considers that even when reliable information exists and is available, it may happen that many potential students do not know how to access it, or how to interpret it in order to make the best choice. This is designated as the problem of the ‘immature consumer’ and is one rationale for the implementation of quasi-markets instead of consumer-oriented markets.

This raises the question of identifying the most important stakeholders to be addressed by the reports. We consider that the main objective of QA is enhancing the quality of education programmes, for which the most relevant stakeholders are the members of the teaching staff. Consequently, the reports should address this very specific clientele using adequate language, even if very technical. A more or less detailed summary of the main findings and conclusions could be provided using a more accessible language and this would be addressed to students and lay readers. In any case, attempts at making reports uniform across Europe must be avoided.

These changes will be considered by the Agency in the next round of accreditations. Meanwhile, we have decided to produce brochures containing what is considered to be relevant information about study programmes. Information includes institutions offering the programme, trends in enrolments and graduations, minimum entrance qualifications to enrol in the programme, employment data. We do not provide rankings or information about the relative quality of programmes. It is already bad enough that some press tries to publish rankings. It would be disastrous to offer an official ranking or official information about the relative quality of programmes.

At last we do not consider feasible or desirable the idea of direct assessments of teaching behaviour, such as classroom observations by peers or members of review teams.

In the next accreditation round we will consider collecting examples of good practice that will be discussed in seminars with relevant members of institutions. We will also consider integrating in the final evaluation reports a summary of the main findings and recommendations written in clear and non-technical language, addressing the needs of lay readers. At last, we are instructing the review teams to pay special attention to the integrity and transparency of institutional information, which is apparently one of the main information sources used by students to choose a programme and/or institution. We do not intend to change our research policy.

## References

EQUIP project (Innovative Quality Assurance Policy & Practice) (2017) Draft final report.

European Students' Union (ESU), (2013), *Quest for Quality for Students: survey on students' perspectives* (Brussels, ESU).

Dill, D.D. (1997) Higher Education Markets and Public Policy, *Higher Education Policy*, 10 (3/4): 167-185.

*Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG)*, 2015.

## Resposta do Conselho Científico

Dear Alberto,

Thank you very much for your detailed and thoughtful reaction to our Scientific Council report. We apologise for some misunderstandings on our side that may have led to some comments and recommendations in our report not being right on target. Evidently, we sorely miss the insight of Guy Neave, who could fill in background knowledge about many issues being discussed in the Scientific Council.

Maybe we could discuss a procedure for A3ES to review our Council's draft report for errors of fact or understanding before we finally submit it, from next year onwards?

Best regards, also on behalf of the other members of the Scientific Council,

—Don

---

Don F. Westerheijden  
Center for Higher Education Policy Studies (CHEPS)  
Faculty of Behavioural, Management & Social Sciences | University of Twente  
Enschede, the Netherlands | P.O. Box 217, NL-7500 AE Enschede  
Office Ra 5115 | Tel & Mobile +31 6 1090 5247  
W [www.utwente.nl/cheps](http://www.utwente.nl/cheps)